

HABEAS CORPUS Nº 485.399 - PR (2018/0340623-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RODRIGO DE CARVALHO ZIMMERMANN E OUTRO
ADVOGADOS : LUIZ FELIPE TOZATTO - PR084624
RODRIGO DE CARVALHO ZIMMERMANN - PR088026
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MATHEUS CESAR DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES. PACIENTE REVEL. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO SEM A DEVIDA COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. *MODUS OPERANDI*. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.
2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.
3. No caso, a custódia preventiva está adequadamente motivada na necessidade de resguardar a aplicação da lei penal, considerando o descumprimento das medidas cautelares pelo paciente, especificamente, o de fornecer corretamente o endereço onde poderia ser encontrado, bem como de mantê-lo atualizado. Ao contrário, o paciente não foi encontrado para responder a ação penal e nem constituiu advogado, dando ensejo à aplicação do art. 366 do Código de Processo Penal.
4. A prisão cautelar está ainda adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, diante do *modus operandi* da suposta conduta criminosa, indicando a periculosidade do paciente que, mediante violência desmedida, teria subtraído a corrente do pescoço da vítima.
5. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a periculosidade do agente, evidenciada no *modus operandi* do delito, é fundamento idôneo para justificar a medida extrema, tendo como escopo o resguardo da ordem pública.
6. *Habeas corpus* não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

